

ANEXO V – OFICINA “A Área de Recursos Hídricos e o Desenvolvimento do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab”

08.04.2010, período da tarde, resumo dos debates:

Agenor/ABES – A Lei nº 9.433/97 delegou a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos ao Governo Federal e aos estados a construção dos respectivos planos estaduais e planos de bacia no âmbito de seu domínio. O Plansab não segue essa lógica, pois o município detém a titularidade da gestão dos serviços de saneamento básico. A Lei nº 11.445/07 determina que os municípios elaborem seus respectivos planos municipais de saneamento básico. Um dos aspectos levantados nas apresentações desta oficina foi o planejamento por bacia hidrográfica e a priorização de programas. Enquanto a unidade de planejamento dos recursos hídricos é a bacia hidrográfica, no saneamento a unidade de gestão deveria ser a área dos sistemas atuais em que operam as concessionárias mais a área projetada para a demanda futura. No caso das regiões metropolitanas seria conveniente que a área de concessão coincidissem com as bacias hidrográficas. Há alguma razão para que a LNSB não tenha previsto a obrigatoriedade da elaboração dos planos estaduais de saneamento?

João Carlos/MCidades - Não é a conformação territorial que define a titularidade. Nem é a infraestrutura física que define a prestação do serviço público de saneamento básico e sim o atendimento de um prestador para um usuário individualizado. Já o uso dos recursos hídricos para fins de prestação dos serviços de saneamento é completamente diferente, sendo objeto de política específica.

Com relação à “indução” para a elaboração dos planos de saneamento, a Constituição Federal estabelece que a União, Estados e Municípios são autônomos para organizar as políticas públicas em seus territórios, respeitadas as leis que contemplam diretrizes gerais. Uma lei federal não pode detalhar como a prestação dos serviços se dará no município. Por esse motivo, na política de investimentos, de desenvolvimento institucional que o Plansab irá estabelecer, deverão ser adotados mecanismos de convencimento que condicionem a captação de recursos financeiros da União ao cumprimento de determinadas exigências por parte do município como, por exemplo, a elaboração de planos.

Na Lei nº 11.445/07 não há previsão de planos estaduais, mas de planos regionais. A elaboração do plano municipal de saneamento básico é indelegável. O Estado tem por competência a formulação da política estadual de saneamento básico, que não é o plano do prestador. A lei estabelece que a bacia hidrográfica deve ser unidade de referência e não a unidade de planejamento uma vez que o município é o titular do planejamento. Por outro lado, a lei prevê que, na elaboração do plano, o município deve observar as diretrizes dos planos de bacias hidrográficas.

Ângela Monteiro/MCT - A divisão político-administrativa não coincide com os sistemas naturais e, por sua vez, os limites das bacias hidrográficas e dos lençóis freáticos muitas vezes ultrapassam as fronteiras geopolíticas. Cada município prioriza segundo seus interesses, não há visão do todo e nem uma solução única. A ausência da visão global dificulta a criação de critérios de prioridade, de escalonamento das ações. Porém, se não houver saneamento básico, a poluição pode comprometer a disponibilidade hídrica. Qual será o critério para priorizar as ações do Plansab? O critério adotado pela ANA, por exemplo, é injusto pois baseia a cobrança pela poluição segundo o nível de DBO, que se refere à contaminação orgânica, penalizando assim, o município, e minimizando a contaminação provocada pelas indústrias, que é muito mais grave. Em consequência, para a indústria fica mais barato poluir. Outro aspecto fundamental é a

conscientização da população para favorecer uma mudança de hábitos e fazer com que o cidadão se transforme em fiscal, participando da redução da poluição.

Leanne/Sanepar – A bacia hidrográfica como unidade de planejamento deve ser respeitada. Se a concessionária constrói uma ETE precisa conhecer o enquadramento daquele rio, a classe do trecho em que o efluente será despejado. Se assim não for, estaremos inviabilizando o atingimento da meta de despoluição. O Plansab representa o rumo e fortalece o setor. Portanto, não podemos perder essa oportunidade. Se não for para considerar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, em que todos os planos de saneamento se referenciem para o enquadramento, outorga, metas progressivas, entre outras, como estes instrumentos irão rebater nos planos municipais de saneamento básico? Se o município pleitear recursos para implantar a ETE, em que momento o enquadramento será considerado? Sabemos que a qualidade dos rios está ruim. Como essa desarticulação irá repercutir no financiamento?

João Carlos/MCidades - Os critérios de priorização das ações do Plansab constam do documento “Diretrizes”. Quanto às prioridades, ainda não temos respostas. A depender do fórum de debate, a prioridade será diferente. Por exemplo, da área de recursos hídricos se ouvirá que o ponto mais crítico é a contaminação dos mananciais. Esta pode não coincidir com a prioridade da área de saúde. Podemos esperar que as prioridades sejam aquelas cujas soluções de investimento considerem os fatores críticos, a escassez de recursos financeiros e apontem para a universalização da prestação dos serviços, o mais rapidamente possível, com sustentabilidade, isto é, mantendo a disponibilidade dos recursos naturais.

Quanto à priorização dos programas, uma das alternativas é a coordenação das políticas públicas nos diversos níveis e a utilização de critérios técnicos e indicadores de referência. O plano nacional deve se articular com os planos municipais e as obras de infraestrutura devem prezar pela sustentabilidade institucional. Ainda existe o vazio dos planos estaduais, mas é necessário que a unidade federativa “estado” participe para a melhor coordenação entre as três esferas de política pública. O setor de saneamento é um usuário intensivo de recursos hídricos, área cuja legislação é complexa. A Lei nº 9.433/97 estabelece que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento. Isso significa que devemos elaborar os planos de saneamento por bacia? Tais normas precisam ser “traduzidas” para que os setores compreendam como se deve elaborar os planos de saneamento básico por bacia. A simples letra da lei não é suficiente para orientar o usuário quanto à sua aplicação. Se o governo federal determinar que o município faça seu plano por bacia, irá introduzir um elemento de tensionamento que não vai ajudar. Por outro lado, se for dito que ele deve planejar a prestação de serviços de saneamento básico respeitando as condições naturais, observando as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, o enquadramento, a outorga, quando houver, será muito mais útil. Uma importante contribuição será ouvir como devemos nos organizar adequadamente e esclarecer que os planos municipais de saneamento devem estar em conformidade com a gestão de recursos hídricos, como também com a gestão ambiental e a de saúde.

Prof. Leo Heller/UFGM - A ideia é fortalecer uma coordenação das ações de saneamento que, diferentemente da centralização, reconheça a intersetorialidade e diminua a pulverização de ações. Quanto aos critérios de priorização, a lógica é: ao estabelecer metas para os próximos 20 anos, como concretizá-las? Quais as macrodiretrizes, estratégias e programas? A implementação dos programas acarretará competição pelo acesso aos recursos. No entanto, devemos distinguir entre o financiamento com recursos onerosos do que utiliza recursos não onerosos. Os primeiros são retroalimentados, os juros amortizados, compõem um fundo rotativo. Já o financiamento com recursos não onerosos são diferentes e os critérios de aplicação devem priorizar as regiões mais carentes, a população de baixa renda, as medidas estruturantes, as ações que reduzam a contaminação dos recursos hídricos, o risco à saúde, o risco ambiental e que incluam o controle

social. Fazer política é seguir critérios para aplicar adequadamente os recursos públicos e promover a equidade.

Quanto à questão da bacia hidrográfica, há autores que questionam esse “dogma” entendendo que há uma supervalorização da bacia como unidade de planejamento e que esse recorte não leva em conta aspectos socioeconômicos e culturais. Para a área de recursos hídricos, sem dúvida, esse referencial é importante. Para outras políticas públicas, menos. Penso que devemos relativizar, sem impor nem desprezar sua importância. A bacia tem destaque em momentos do planejamento do saneamento básico. A Lei nº 11.445/07 a define como unidade de referência e não de planejamento. Concordo que a bacia é uma das unidades de referência, mas há vários outros recortes para o planejamento como as macro e microrregiões, a divisão político-administrativa dos estados, municípios, do urbano e rural entre outras.

Sobre a relação entre o plano municipal e o plano nacional, devemos evitar uma grande desarticulação entre eles, mas guardadas as dificuldades: nem o plano estadual é o somatório dos planos municipais, nem o plano nacional é o somatório dos planos estaduais. O plano nacional não deve impor modelos, mas sim induzir. O Plansab tem certo grau de inovação metodológica, *insights* interessantes e seu conteúdo pode ser inspirador para alguns planos municipais mas não para todos, pois sua lógica é diferente. Os cenários do Plansab devem ser considerados nos planos municipais que devem incorporar ainda outras variáveis locais e regionais a esses cenários. A metodologia do plano nacional pode ser um auxílio, as metas nacionais podem servir de referência, enfim, existe todo um conjunto de elementos no plano nacional que, se os municípios se apropriarem de parte deles pode ser muito rico, criando, assim, um grau de maior harmonia entre os vários planos municipais. A própria discussão da lógica de fortalecer as medidas estruturantes é central para os municípios. Um plano que só priorize obras não é um bom plano. Um plano para ser bom deve combinar a expansão das obras de infraestrutura necessárias com um forte desenvolvimento institucional que garanta a sustentabilidade das obras. Se essa lógica estruturante for capilarizada até os municípios já será um grande ganho.

Alexandre/MCidades - O ente “estado” precisa se posicionar, pois representa um elo fundamental da política estadual de saneamento básico. O olhar da bacia hidrográfica deve acontecer no momento da elaboração do plano municipal. Com relação à conscientização pública, a elaboração do plano municipal deve ser participativa, o que propicia maior apropriação do saber. Na efetivação do financiamento com recursos não onerosos será analisada a qualidade do plano e se houve participação social.

João Carlos/MCidades – Estamos convencidos que a política de saneamento deve considerar os planos de bacia, o PNRH, que devemos orientar e recomendar que os titulares e os prestadores elaborem o plano de saneamento básico observando as diretrizes do plano de bacia onde houver. Mas não podemos estabelecer uma regra que o plano de saneamento básico será elaborado por bacia. Precisamos, portanto, dos planos de bacia. O que não pode é organizar a prestação dos serviços com um formato diferente da natureza onde os serviços são prestados.

Prof. Leo Heller/UFMG - Há grandes diferenças entre as políticas de saneamento de outros países. Na Espanha não há distinção entre a política de águas e a de saneamento. Mas em muitos países semelhantes ao Brasil essa distinção é clara. Aparentemente, países que já universalizaram seus serviços e, diferentemente do Brasil, não tem esse enorme contingente de excluídos do acesso ao saneamento, não tem a preocupação de valorizar o serviço de saneamento e pensam a água em seu ciclo natural. Estou convencido que aqui ainda precisamos ter duas políticas públicas separadas porém integradas. Digo ainda porque talvez daqui a 50 anos possamos romper essa fronteira e tenhamos uma única política, a política das águas, a política ambiental. Atualmente, temos uma população rural sem saneamento, mais de 70% das cidades

não tratam seu esgoto e, em cerca de 80% das cidades, a disposição dos resíduos é dramática, ou seja, a exclusão de segmentos da população ao acesso ao saneamento básico em nosso país não é arbitrária. Essa população tem endereço: são os pobres, são os que vivem em vilas e favelas, são negros e pardos, são mulheres, a maioria vive no Nordeste. Se perdermos essa especificidade, se ignorarmos esse agudíssimo panorama social e colocarmos o saneamento como um componente da política de recursos hídricos podemos perder o foco e condenar essa população a uma exclusão ainda maior.

Osman Fernandes/ANA - O que preocupa é quanto à implementação do Plansab. No Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH registra-se baixíssima governabilidade na implementação do Plano Nacional e dos planos de bacia. Como se pretende aumentar a governabilidade das políticas definidas no Plansab? Há um grande grupo de entes de estado atuando no setor e fica claro como é difícil exercer a coordenação necessária. Com se pretende superar esse problema? Em relação à fala do Alexandre, em que contexto da execução do Plansab deverá ocorrer a co-responsabilização social?

João Carlos/MCidades – Quanto à questão da governabilidade, não temos uma solução para isso. Temos a certeza quanto à necessidade de um reordenamento, com vistas a reduzir a pulverização de ações de saneamento básico. A *expertise* para orientar, acompanhar e implementar projetos de saneamento básico deve ser desenvolvida pelo MCidades. O Plansab vai propor uma coordenação entre os diversos executores que não seja hierárquica mas que permita uma liderança.

Ana Catarina/ANA - Na elaboração do Plansab foi considerado o Atlas de Abastecimento de Água desenvolvido pela ANA?

Ivan Laerte/ANA - Quando será tratada a questão do reuso e uso sustentável da água no Plansab?

Prof. Leo Heller/UFGM - O Atlas foi usado principalmente no estudo do Panorama do Saneamento Básico. Mas, como o Plansab se situa numa escala mais generalista, há dificuldade de incorporar as soluções apresentadas no Atlas. Estas deverão ser avaliadas na etapa posterior, de detalhamento das propostas. Quanto ao reuso, a questão está sendo tratada de um modo mais amplo, no que se refere à questão tecnológica, que envolve até a quebra de paradigmas sobre como se faz saneamento hoje. Tem ficado claro que o futuro do saneamento básico poderá ser bastante diferente do ponto de vista tecnológico. Ainda adotamos o modelo de saneamento do século XIX que não responde a muitos dos desafios atuais do ponto de vista ambiental como de racionalidade do uso da água, da energia, da filosofia da “ponta do tubo” que inclui reuso, aproveitamento da água da chuva, que enfatiza o enfoque integrado da água nas cidades, uma gestão ambientalmente mais adequada dos resíduos sólidos urbanos e todo o conjunto de novas perspectivas tecnológicas para a drenagem. O Plano não vai ser determinístico mas pode ter um importante papel indutor de mudanças na matriz tecnológica. Não é algo de implementação a curto prazo.

Alexandre/MCidades – Quanto à pergunta sobre qual será o momento que ocorrerá a co-responsabilização social, o Plansab vem sendo elaborado com a estreita participação e acompanhamento do Conselho das Cidades que é o fórum superior de controle social do setor.

Oscar Cordeiro, Presidente da CTPNRH – Esta oficina é produto do GT criado no âmbito do CNRH, que tem provocado a Câmara Técnica. Como desdobramento, haverá um relato da CTPNRH ao Conselho Nacional. Temos um mandato de acompanhar e informar o Conselho sobre o assunto.

Fazendo algumas reflexões acerca das possibilidades de contribuição que a área de recursos hídricos pode trazer ao processo de construção do Plansab, destacamos a experiência do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, que é um processo complexo, altamente participativo, já em fase de revisão. Se, por um lado, o PNRH avançou, por outro, apresenta uma baixo nível de implementação.

A área de recursos hídricos e o setor de saneamento básico diferem não só quanto à titularidade como quanto à natureza. Enquanto a política de recursos hídricos se preocupa com o uso de um bem público, o saneamento básico está focado na prestação de serviços. O política de recursos hídricos tem responsabilidades claras em nível federal e estadual, enquanto o saneamento básico está organizado basicamente na execução em nível municipal e em nível estadual também, em alguns casos, em função dos sistemas das prestadoras e em regiões metropolitanas. Área e setor estão muito afastados quanto à natureza mas se aproximam quando se trata de poluição do curso d'água. Concordo com o Prof. Heller que as políticas ainda não são integradas. E, num país complexo e diverso como o Brasil, talvez nunca serão totalmente integradas. Ambas se “encontram” no rio poluído e, portanto, há que se trabalhar de forma integrada. Mas, em se tratando de um rio como o Amazonas, por exemplo, e em algumas situações, o foco é bastante distinto. Falar em comitês de bacia ou de planos municipais na bacia amazônica é ainda uma construção teórica. Portanto, temos que nos articular, no município, no bairro inundado, nas áreas sem saneamento básico, numa bacia como a do Paraíba do Sul e outras. Não há outra alternativa pois, do contrário, a perda é da sociedade como um todo, pelo alto custo das soluções ineficientes.

Mas não devemos perder o foco que é o Plansab, nos objetivos dos dois planos e dos dois conselhos nacionais, e na avaliação sobre quais os aspectos em que podemos convergir, torcendo sempre para que no município as coisas aconteçam. Quanto à articulação entre a área de recursos hídricos e o setor, certamente é no campo da formulação de políticas, no desenvolvimento do quadro normativo que essa integração deve ocorrer. E nesse aspecto, a Lei nº 11.445/07 trata a área de recursos hídricos de forma bastante apropriada, respeitando e reconhecendo os instrumentos da política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Esse foi o resultado de um trabalho de articulação. Portanto, existem experiências exitosas, mesmo em nível nacional. Outras experiências podem ser citadas, como o decreto de regulamentação da lei de saneamento básico e o Plano. Logo, existem locais e ocasiões de discussão e de articulação.

Porém, não só na esfera das leis, como também no campo da ciência e da tecnologia o setor e a área de recursos hídricos estão separados, o que é curioso. Mas há programas intersetoriais como o PROSAB que tentam superar essa visão. Temos uma convicção: a melhor forma de articulação, por excelência, se dará no planejamento, no plano de bacia, no plano de saneamento básico que alguns estados desenvolvem e nos Planos Nacionais. Por esse motivo, este início de debates, suscitado pelo Conselho das Cidades, é muito oportuno. Esta oficina é um passo razoável para superar antigos hábitos que a área de recursos hídricos e o setor tem desenvolvido.

Com relação às expectativas da área de recursos hídricos:

1) a bacia hidrográfica - concordamos que muitas vezes a referência da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão é tida como dogmática. Há certas realidades da própria gestão das águas em nível urbano que seguem outras lógicas que não a da bacia hidrográfica, como por exemplo, Campo Grande, cujo sítio urbano se encontra parte na bacia do Paraná e parte na bacia do rio Paraguai. Porém, entendemos que o setor deve considerar com muito seriedade

essa questão, pois dogmas devem ser considerados. Provavelmente, para a maior parte das situações, a bacia hidrográfica é referência (e este termo da lei é adequado), mas pensamos que o reconhecimento mais sistemático da bacia hidrográfica como unidade de planejamento deve ser incorporado pelo Plansab.

2) critério de eficiência econômica - dada a complexidade do país, em várias situações deveriam ser considerados critérios não exclusivamente sociais mas de eficiência econômica na formulação e seleção de alternativas. O discurso do planejamento do Plansab pode passar a ideia de uma opção preferencial pelo atendimento à população mais carente, sempre. Mas, em certas situações de saneamento e, até para o benefício dos mais carentes, há soluções em que prevalece a lógica da eficiência econômica na alocação de recursos públicos, em termos de retorno mais rápido para a sociedade. A área de recursos hídricos tem alguns de seus programas, como o Prodes, onde o critério mais importante é o da eficiência econômica, pelo qual a sociedade como um todo pode ter mais benefícios em bacias críticas. Aliás, o conceito de bacia crítica deve ser valorizado e incorporado pelo Plansab.

3) a experiência do PNRH – a área de recursos hídricos é voluntarista por excelência, trabalha com a adesão das pessoas, os processos contam com a participação social. O PNRH não é impositivo e devido a essa característica resulta numa situação complicada: o plano de recursos hídricos tem uma visão abrangente do processo, capaz de identificar soluções, mas não é a área de recursos hídricos que executa. Normalmente são terceiros, como o saneamento. Portanto, “há uma distância entre intenção e gesto” muito grande. Essa condição é frustrante para o planejador mas, independentemente disso, os planos de recursos hídricos acabam sendo demasiadamente voluntaristas, quando poderiam resultar em alguma decisão ou resolução seja do Conselho Nacional, seja do comitê de bacia, seja do Conselho Estadual. É oportuno esclarecer que as manifestações expressas nesta oficina não representam a posição da área de recursos hídricos, que é uma prerrogativa do Conselho, mas a opinião técnica de indivíduos e de representantes dos segmentos aqui presentes.

4) processo de coordenação – achamos que o Plansab deve ser enfático sobre a falta de coordenação do setor, com várias instituições com responsabilidades nessa área. Sabe-se que algumas decisões sobre saneamento são levadas ao Presidente da República o que não tem nenhum sentido. Deve haver algum ministério de tutela do setor, bastante bem identificado, cuja competência de coordenação seja bem definida, com todos os desdobramentos decorrentes: acompanhamento, fiscalização, visão integradora. O processo do Plansab é bastante oportuno, mas pode ser alegado que há prazos políticos associados a ele. Ainda mais se validado pelo Conselho das Cidades, que é órgão de Estado, é importante que seja bastante discutido e que cumpra as etapas de discussão e validação adequadas do que parecer estar atrelado a um cronograma político. A CTPNRH está preocupada pela possibilidade de aqodamento para a aprovação do Plansab ainda este ano.

5) articulação - enquanto o setor de saneamento básico tem muitos recursos financeiros, os recursos hídricos tem a organização em forma de sistema. Por estas características fica demonstrado que área e o setor tem muito a lucrar se trabalharem juntos.

Manfredo/ANA – No início do processo estavam sendo trabalhados os dados. Agora é que se inicia a elaboração do Plano. E podemos constatar que há muitas dúvidas, o que é bom. É muito melhor começar com mais dúvidas do que com certezas. Muitas vezes o gestor público acaba por trabalhar de acordo com a oferta ao invés de trabalhar com a demanda. É assim que se justifica um grande número de órgãos atuando em saneamento. Mas, para ordenar as demandas com as ofertas é imprescindível a organização e o perfeito funcionamento do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, para dar suporte ao processo de tomada de

decisão. Mas, para tanto, é necessário que o sistema seja bem articulado e integrado o que é muito complexo. Em relação aos critérios de cobrança, é necessário esclarecer que não são critérios estabelecidos pela ANA e sim pelos comitês de bacia, ou seja, pela comunidade ali representada.

Prof. Leo Heller/UFMG - Convém esclarecer que o prazo do Plansab não é um prazo eleitoral, que fortaleça determinada candidatura, mas sim um prazo político no sentido de que, se ultrapassarmos determinada data, o Plano poderá não ser aprovado, e a aprovação em 2010 é importante devido aos desdobramentos, sobretudo quanto ao próximo PPA, onde não haverá um elemento orientador em saneamento básico. Em consequência, podemos ficar reféns do PAC 2 que é o anti-plano. Nós, da academia precisamos lutar para termos planejamento e não uma sigla que reúna a vontade de alguns como sendo a prioridade do governo.

Com relação à valorização da bacia hidrográfica, há a preocupação que o resultado final do Plansab frustre a área de recursos hídricos. É aceitável adotar como base a bacia hidrográfica quando caracterizamos o déficit, pois ajuda a conhecer a pressão por demanda nos recursos hídricos. Mas não é simples eleger a bacia como unidade de planejamento para, por exemplo, o estabelecimento de metas, exceto em bacias críticas. O conceito de bacia crítica pode ser incorporado, mas precisamos que a área de recursos hídricos nos diga “como”.

João Carlos/MCidades – Não basta transpor as diretrizes da lei de recursos hídricos e esperar que os prestadores as interpretem. É preciso identificar quais as variáveis da política de recursos hídricos que tem na bacia hidrográfica a base de sua organização para incorporar às diretrizes, à caracterização dos programas e ações do setor. Tratar genericamente o assunto não traduz como deve ser feito concretamente. Por exemplo, como adotar a referência da bacia hidrográfica para prestação de serviços de saneamento básico em consórcios cujos municípios não são limítrofes? Como incorporar, nos programas do Plansab, diretrizes para o enquadramento e cobrança? Como escalonar o investimento do ponto de vista das metas progressivas?

Quanto à necessidade de maior integração: de quais instrumentos vamos dispor para obter essa integração? Uma das conversas que iniciamos com a área de recursos hídricos e outros órgãos envolvidos com o setor resultou em um dos cadernos do “Panorama” referente à concepção do SINISA. Temos neste e em outros instrumentos o caminho para uma ação mais integrada. Não será alterando o organograma do Governo Federal que se vai resolver a coordenação do saneamento básico. Por outro lado, a falta de integração não se verifica somente no setor, mas em muitas áreas do governo. Temos condições de chegar a uma equação sem pensar num formato centralizado.

Alexandre/MCidades - A fragmentação das ações reproduz os modelos adotados. Sobre o cronograma do Plansab, o limite é abril/2011 que é o prazo máximo possível para inserir programas e ações para o PPA 2012-2015. Quanto aos critérios econômicos de eficiência, o Plansab, os planos municipais e outros instrumentos de planejamento devem agregar o que está sendo implementado pela área de recursos hídricos, tais como as metas progressivas, o que seria uma contribuição importante.

Manuela/consultora de recursos hídricos – A questão da bacia hidrográfica está intimamente relacionada à noção de escala. Cito um episódio em que estava em um táxi quando atravessamos um canal urbano, na verdade um esgoto a céu aberto, e o motorista afirmou: “Não temos nada a ver com essa poluição, pois nossa cidade trata todo o esgoto. Nós pagamos pelo tratamento dos esgotos. Mas isso acontece porque o prefeito “lá de cima” não trata o esgoto do seu município”. Ou seja, o taxista tinha perfeita consciência da noção de bacia, do que estava pagando, do direito que tinha e do problema resultante de uma inação do município a montante.

Outro exemplo é o rio das Velhas: não adianta tratar o esgoto de Curvelo, de Sabará, ou dizer para as mineradoras que seus afluentes devem ter zero de poluição. Várzea Grande, que é a foz do Velhas, vai continuar dentro do esgoto, sem peixes, pois, para resolver o problema de Várzea Grande ou de Curvelo, é preciso tratar o esgoto de Belo Horizonte. E é sob essa ótica, a da bacia hidrográfica, que o poder público deve atuar. Ou seja: eleger prioridade de investimento de acordo com a origem do problema, a partir de uma visão sistêmica. Claro que temos outras variáveis, políticas, econômicas. O que a área de recursos hídricos gostaria de ver no Plansab é que houvesse essa visão, que inclui uma coordenação mais eficiente, porém sem centralização. É a experiência dos comitês de bacia no estado de São Paulo, que estão dialogando (e o estado teve que dividir alguns rios) para decidir por qual município começarão a implantar o saneamento. Essa postura requer uma visão sistêmica. Não é o governo ou a empresa elaborar um relatório afirmando que o rio comporta certo grau de poluição. A decisão se o rio pode ficar poluído deve ser do comitê. Se se deseja o rio das Velhas poluído e impedindo qualquer uso, essa decisão deve ser tomada pelo comitê de bacia.

João Clímaco/ONGs - Nos próximos meses haverá uma série de reuniões regionais para a revisão do PNRH, onde serão discutidos indicadores e demais aspectos dos programas. É uma oportunidade para que os atores envolvidos com o setor de saneamento básico participem para aprofundar a integração e criar uma ambiente convergente de construção.

Cristiano Zinato/SRHU - A revisão do PNRH se fará em encontros regionais em cada uma das 12 regiões hidrográficas, com a participação dos comitês de bacia, dos conselhos estaduais de recursos hídricos, dos setores usuários, da sociedade civil. Uma das reivindicações dos estados que compõem as regiões hidrográficas é de que sejam abordadas as especificidades de cada uma delas. Portanto, o saneamento certamente será discutido. É uma ótima oportunidade de integração, de conciliar o interesse de vários setores usuários e de conhecer a demanda de cada um.

João Carlos/MCidades – O diálogo que estamos praticando representa a oportunidade adequada para a incorporação das expectativas da área de recursos hídricos no Plansab. A dificuldade reside no fato de não podemos impor a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Mas podemos adotar esse recorte como referencial das estratégias de investimentos federais, de priorização para alocação de recursos, até mesmo estabelecer como diretriz que os municípios e prestadoras considerem obrigatoriamente os planos de bacia. Podemos até pensar em meios na esfera do desenvolvimento institucional e da gestão para que o setor de saneamento contribua ou forneça apoio logístico e institucional para acelerar a elaboração dos planos de bacia, que são referenciais muito mais importantes do que determinar que o setor adote o referencial da bacia hidrográfica. O serviço público de prestação de serviços de saneamento envolve tantas variáveis que adotar a bacia hidrográfica seria um complicador a mais.

Quanto à sugestão para que o setor participe dos encontros regionais de revisão do PNRH, sugerimos que se verifique a possibilidade de criar um espaço durante esses encontros, para debater as questões levantadas nesta oficina em nível regional. Quando a SRHU tiver a agenda dos encontros regionais, a SNSA/MCidades poderá mobilizar as entidades do setor por meio do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI e do Grupo de Acompanhamento - GA para participarem.

Oscar Cordeiro, Presidente da CTPNRH – Uma última observação quanto à contribuição efetiva para o Plansab: num processo de construção coletiva de documentos, muitas vezes, é na 1ª versão, até mesmo pela forma como o texto está estruturado e como as diretrizes são concebidas, é que acontecem as contribuições mais substantivas. Estamos numa fase de troca de ideias sobre premissas e conceitos mas, a partir do momento em que se materializar essa

versão do Plansab, todos aqui certamente irão contribuir.

Sobre os encontros regionais de revisão do PNRH, é interessante que a ABES, a ABRH e a ASSEMAE, que tem uma participação regional bem forte, se façam representar nesses eventos.

Encerrando a oficina, temos a convicção que esta foi uma oportunidade de ampliar o conhecimento e de participar da construção de um instrumento de política pública. Agradecemos ao Ministério das Cidades a disposição de participar desta que foi uma jornada muito produtiva.

Brasília, 8 de abril de 2010

Relatora Hidely Grassi Rizzo